



POVO FORMADOR OU ARTEFATO MUSEOLÓGICO? OS INDÍGENAS XUKURU-KARIRI EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL

Brunemberg da Silva Soares
Mestrando em História
Universidade Federal de Campina Grande/UFPG
brunemberg@hotmail.com

Prof. Dr. Edson Hely Silva (orientador)
edson.edsilva@hotmail.com

RESUMO: Com origens em torno de um aldeamento indígena, em finais do século XVIII, a cidade de Palmeira dos Índios, localizada no interior do estado de Alagoas, tem sua história marcada por conflitos fundiários entre a oligarquia local que se formou a partir da apropriação de terras indígenas e o povo indígena Xukuru-Kariri que habita a localidade desde as primeiras décadas do século XVIII. Apesar da existência de rivalidades com a oligarquia palmeirense, detentora das terras, do poder político e muitas vezes do controle sobre a opinião pública local, os indígenas foram retratados por memorialistas palmeirenses como símbolos locais. Diante desse cenário, este texto tem como objetivo analisar a amplitude das representações feitas pelos não indígenas em Palmeira dos Índios sobre o povo Xukuru-Kariri, considerando as manifestações estéticas em monumentalidades e lugares de celebração da história e “identidade palmeirense”. Nossas reflexões se ancoram em análises de fontes escritas, imagéticas, em análises de artefatos expostos no Museu Xucurus, em entrevistas orais e nos pressupostos teóricos de autores como; Edson Silva, João Pacheco de Oliveira, Stuart Hall, Eric Hobsbawn, Frederik Barth, Pierre Nora, dentre outros.

Palavras-Chave: Identidade Palmeirense. Museu Xucurus. Representação indígena.

Considerações Iniciais

A identidade das nações modernas foi construída a partir de dados históricos, narrativas míticas, símbolos e tradições inventadas com a finalidade de deixar transparecer uma unidade histórica e sociocultural que seja reconhecida e “partilhada” coletivamente (ANDERSON, 2008; HALL, 2015; HOBBSAWM, 1997). Nesse sentido, o esquecimento se configura em um aspecto essencial na construção da narrativa histórica



de uma localidade, pois a celebração de determinados acontecimentos e personagens exige o esquecimento de outros.

Além de símbolos e narrativas míticas que constroem a relação entre os membros de uma comunidade imaginada a partir de histórias e experiências conhecidas por todos e ligadas a uma origem supostamente comum (HALL, 2015), as identidades nacionais e locais são fundamentadas em instituições culturais e monumentalidades que expressam e celebram os discursos identitários. Nesses “lugares de memória” (NORA, 1984), a ritualização das referências ao passado acontece por meio de iniciativas de controle social de erradicação das diferenças e autonomias de grupos minoritários.

No Brasil, até os anos finais do século XX, a narrativa histórica oficial retratou negros e indígenas como personagens subalternos. Mesmo com a influência do mito das “três raças formadoras”, estes povos foram representados como componentes secundários da história nacional e “lembrados” de formas desconexas com sua situação sócio-histórica. Essas representações foram construídas por meio do esquecimento, ou seja, a partir de narrativas, símbolos, mitos e imagens que diminuem esses personagens, reduzindo sua importância e os descrevendo “como lúdicos, curiosos, espontâneos” (OLIVEIRA, 2016, p. 77).

Em Palmeira dos Índios, as relações entre os expoentes simbólicos da “identidade local” e os lugares de memória e monumentos públicos de celebração da nacionalidade foi estabelecida com a criação do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes. Neste espaço, idealizado pelo memorialista Luiz Barros Torres, a associação entre a presença do povo Xukuru-Kariri e o nascimento do município de Palmeira dos Índios foi fortalecida e passou a ser reproduzida através da patrimonialização de uma variedade de objetos de “valor histórico”. É nesse sentido de efeitos múltiplos do esquecimento, nas mais variadas narrativas, que objetivamos discutir o lugar que esse Museu ocupou (e ainda ocupa) na construção da “identidade palmeirense”. Nosso interesse é perceber os tipos de discursos e narrativas que emanam desse espaço, quais representações o constroem e o que o visitante encontra ao frequentá-lo.

Procuramos perceber as influências dos discursos e lugares de celebração da “identidade” do município sobre as concepções sobre os indígenas enquanto grupo que se mobiliza para garantir a efetivação de direitos. Para tanto, utilizamos como foco de



análise algumas discussões que ganharam força em 2010, diante do andamento do processo de demarcação do território do povo Xukuru-Kariri de Palmeira dos Índios. Um debate que retomou antigos preconceitos e discursos estereotipados sobre os indígenas, evidenciando que para os grupos dominantes do município os Xukuru-Kariri devem ser reconhecidos apenas como elementos “folclóricos”, nunca como sujeitos históricos.

2.2. Da Mata à Vitrine: o Museu Xucurus de História, Artes e Costumes

Idealizador do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, o memorialista palmeirense, Luiz Barros Torres¹, desde seus primeiros escritos sobre a história de Palmeira dos Índios, publicados nas primeiras décadas do século XX, expressou seu desejo de referenciar a história palmeirense em um local de memória que exaltasse sua “rica história”. Em um artigo publicado no jornal *Correio do Sertão*, argumentou: “somos, de fato, mendigos de história, escrita ou contada em monumentos ou objetos. Afora alguma coisa escrita, inclusive pelo autor desta coluna, parece que puseram uma cortina a separar o presente do passado” (TORRES, 1957, p. 2).

Diante dessa “angustiante” situação, o autor assumiu a responsabilidade de reunir objetos antigos, conseguir colaboradores e fundar um “museu histórico” que contasse a história de Palmeira dos Índios “aos estudiosos, aos curiosos, aos jovens a todos enfim” (Id. Ibid.). Em 1965, o Bispo católico romano, Dom Otávio Barbosa de Aguiar e o Tenente Alberto Oliveira, da Marinha do Brasil, uniram-se à causa defendida pelo escritor; a partir dessa adesão foi iniciado um processo de conscientização dos moradores na cidade, para fazerem doações de “artefatos de valor histórico”.

¹ Luiz Torres (1926-1992) foi um importante estudioso da história do município de Palmeira dos Índios, durante boa parte da vida dedicou-se a colecionar fotografias de sua autoria, recortes de jornais sobre a história de Palmeira dos Índios, além de documentos que localizou e transcreveu. Publicou livros sobre a história do município e, apesar de não possuir formação acadêmica, foi considerado como um dos fundadores da pesquisa histórica sobre esse município. Foi considerado um dos mais ilustres palmeirenses em sua época, discutiu os mais variados assuntos, dentre os quais destacaremos, para os fins do nosso estudo, a confecção dos símbolos oficiais do município a bandeira, escudo e brasão, além da letra do hino oficial e a fundação em parceria com personalidades locais, do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, colocou em exposição os vários artefatos históricos que recolhidos durante anos, muito a revelis dos Xukuru-Kariri. Informações disponíveis na *Biografia de Luiz Barros Torres*, de autoria de seu filho Luiz Byron Torres, texto não publicado. Disponível no Acervo pessoal de Luiz B. Torres, localizado na Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL Campus III em Palmeira dos Índios, sob a guarda do Núcleo de Estudos Políticos, Estratégicos e Filosóficos/NEPEF do Curso de História e do Grupo de Pesquisas em História Indígena em Alagoas/GPHI-AL, coordenado pelo professor José Adelson Lopes Peixoto.



O local escolhido para a exposição das peças foi a Igreja do Rosário, um pequeno prédio construído no final do século XIX por escravos devotos de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos². Escolhido o local, os artefatos foram organizados para a exposição, sendo classificados a partir dos seguintes critérios: objetos do catolicismo; artefatos relacionados aos costumes e à cultura da “sociedade palmeirense”; materiais curiosos de origens variadas e representações sobre indígenas e negros na região. A inauguração³ aconteceu em dezembro de 1971, com festa e homenagens aos seus idealizadores.

A festividade “foi um sucesso”, com a presença de comerciantes, religiosos e políticos⁴, os idealizadores do Museu foram saudados e elogiados pelo “povo palmeirense” por sua iniciativa de preservar a história local. Porém, os indígenas, primeiros donos das terras, homenageados no nome do Museu e “representados” em seu acervo, estiveram ausentes⁵. A distância estabelecida entre essa instituição e o povo Xukuru-Kariri pode ser entendida como um produto da natureza contraditória da “visibilidade” que foi pensada para aos indígenas no município por intermédio dos escritos e ações de Luiz Barros Torres. Como consequência, o Museu Xucurus se transformou em um instrumento para o fortalecimento de estereótipos⁶ alimentados por

² Essas informações encontram-se em um folder elaborado pelos organizadores do Museu e distribuído durante a inauguração, em 1971. Fonte: Acervo do NEPEF, op. Cit.

³ De acordo com os funcionários responsáveis por receber e acompanhar os visitantes do Museu Xucurus, alguns anos após o início do funcionamento da instituição a sociedade fundada por Luiz Torres faliu e o Museu passou a funcionar “em convênio com a Prefeitura municipal”. Desse modo, o município ficou responsável pela cessão de funcionários para receber os visitantes, a realização da limpeza, segurança e manutenção do prédio. Atualmente, a direção do Museu é ocupada pela atual Secretária de Cultura de Palmeira dos Índios, uma servidora ocupa o cargo de “gerente de museus e bibliotecas do município”. De acordo com um dos “guias” do Museu Xucuru, (que não permitiu a divulgação de seu nome), o maior problema da instituição é a falta de recursos e de acesso à “gerente”. Ainda, declarou que “para eles, [a Prefeitura municipal e a gerente do Museu], cultura não importa! ”. Informações orais coletadas com funcionários do Museu Xucurus durante visita realizada em 08/06/2018.

⁴ Figuras de destaque da cerimônia: o então Prefeito de Palmeira dos Índios, Minervo Fernandes Pimentel e o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), os dois foram os responsáveis por cortar a fita de inauguração do Museu. Informações escritas por Luiz Torres e anexadas como legenda da fotografia. Fonte: Acervo do NEPEF, op. Cit.

⁵ Não são citados nas atas de inauguração ou nos escritos de Luiz Torres sobre o evento, tampouco aparecem nas fotografias e escritos do autor. Documentos disponíveis no Acervo do NEPEF, op. Cit.

⁶ Compreendemos essa noção a partir dos pressupostos apresentados por Peter Burke, para o qual a “imagem mental” do exótico é concebida através do desenvolvimento de analogias com o conhecido. Desse modo, os estereótipos resultantes dessas tentativas de “domesticar” o desconhecido, tornando-o inteligível, não são totalmente desconectados da realidade, mas “exageram” algumas características e instituem traços culturais “toscas” ou “violentos”. (BURKE, 2017, p. 186).



disputas locais, um lugar onde a memória e o poder se entrelaçaram e se “materializaram” nos artefatos expostos.

De tal modo, o uso de “objetos de memórias” relacionados aos indígenas nesse espaço reproduziram a imagem de decadência cultural do povo Xukuru-Kariri a partir do apego a representações de um índio estereotipado. As peças que compõem a coleção sobre os indígenas, a exemplo das urnas funerárias (conhecidas localmente como igaçabas, evidenciam o predomínio da associação dos indígenas a um passado distante do qual só existem vestígios arqueológicos. As contradições da rememoração promovida por esse Museu demonstram a ambiguidade de instituições museais assentadas em relações de poder; lugares onde a valorização das memórias está fundamentada em uma ótica tendenciosa e contraditória que celebra a história de uma região, mas ao mesmo tempo “impõe a emergência do esquecimento” (BRUNO, 2009, p.16).

Esse tipo de instituição foi definido por Mário Chagas (2009) como “museus celebrativos da memória do poder”, espaços característicos pela rememoração do passado da forma como é lembrado e narrado pelos indivíduos e grupos que os organizam. São instituições dedicadas à manutenção da ordem social e o exercício do poder de alguns grupos por meio de memórias simplistas ou reducionistas da realidade social e das ressignificações de objetos e narrativas de modo a satisfazer necessidades próprias. Nesses espaços, o esquecimento apresenta-se de formas múltiplas e silenciosas, operando disfarçadamente de lembranças e seus efeitos “são como esvoaçantes borboletas, que sussurram coisas que nos divertem e encantam” (OLIVEIRA, 2016, p. 77).

O prédio do Museu possui três salas grandes, sendo uma na entrada principal e duas no primeiro andar, acessadas por uma escada localizada no início de um corredor situado nos fundos do altar-mor. Atualmente, todos esses espaços estão ocupados por artefatos em exposição; estejam em vitrines, pendurados nas paredes ou simplesmente dispostos no chão. Ao observar a distribuição das peças percebemos que foi feita de modo a narrar a “história” de Palmeira dos Índios.

Na primeira parte do Museu percebemos algumas nuances que revelam os tipos de narrativas tecidas e disseminadas por esta instituição de memória. A parte superior da parede oposta à “galeria dos párocos” é ocupada por uma exposição de quadros e fotografias dos prefeitos em Palmeira dos Índios, em uma sequência histórica; abaixo da



“galeria dos prefeitos”, encontram-se algumas vitrines contendo objetos de “influentes” famílias palmeirenses, tais como peças em porcelana, talheres, dentre outros. Essa estreita relação entre o aspecto religioso e os artefatos das classes dominantes sugere a utilização dessas relações de poder, entendidas aqui como aspectos inerentes à atuação da Igreja Romana e das oligarquias locais na fundação de Palmeira dos Índios, para perpetuar nesse espaço de memórias a posição frente à narrativa histórica da localidade.

Ao fim da primeira sala, do lado direito do altar, existe uma entrada que leva a um estreito corredor ocupado por seis antigos baús⁷, alguns quadros pendurados nas paredes e o “prelo do primeiro jornal palmeirense”. Ainda nesse espaço, há uma escada para acesso ao primeiro andar, composto por duas salas divididas entre si por uma parede. Logo na entrada da primeira sala nos deparamos com a “homenagem” do Museu Xucurus aos negros que construíram a igreja: três manequins pretos cobertos com farrapos antigos e adornados com ferros e instrumentos de tortura utilizados em escravizados “desobedientes”.

Ao lado dos manequins existem duas vitrines para a exposição de armas de fogo, a primeira com vários modelos de armas e alguns objetos de soldados brasileiros que participaram da Segunda Grande Guerra; a segunda vitrine ocupada por armas pertencentes a “famílias ilustres de Palmeira”. O fundo da sala é preenchido com fotografias, relógios e móveis antigos. Existe ainda, nessa parte, uma vitrine com artesanatos indígenas, algumas peças de barro, dois itens descobertos em escavações “arqueológicas” realizadas por Luiz Torres e uma suposta “panela de oferendas”⁸ que fora encontrada dentro de uma igaçaba descoberta durante uma obra pública.

O espaço da segunda sala dos fundos da antiga igreja é ocupado por objetos relacionados ao cangaço, às tecnologias do início do século XX, troféus, quadros e artigos de curiosidade, artefatos dispostos no lado direito da porta de acesso. O lado esquerdo é

⁷ Conforme informaram os funcionários do Museu, esses baús estão “cheios de documentos, fotografias e jornais antigos”. Esses registros históricos não estão disponíveis para pesquisa, pois não é permitido abrir os baús. Ao falar sobre tal assunto, um dos servidores criticou essa falta de acessibilidade aos pesquisadores, argumentando que a decisão de manter os documentos trancados, uma suposta ordem da “gerente do Museu”, viola os fundamentos previsto no Estatuto da Sociedade Museu Xucurus (TORRES, 1973). Informações orais coletada durante visita ao Museu Xucurus de História artes e costumes em 07/06/2018.

⁸ Essa peça é identificada por um pequeno texto, de autoria atribuída a Luiz Torres, disposto na sua frente. Os escritos indicam que a “panela de oferendas” foi encontrada em março de 1978 por trabalhadores da Prefeitura que estavam preparando o terreno de uma rua. Informações coletadas durante pesquisa realizada no Museu Xucurus de História, Artes e Costumes em 07/06/2018.



ocupado por objetos sobre o povo Xukuru-Kariri, uma vitrine com variados objetos antigos; chaveiros, tesouras, moedas, isqueiros, dentre outros, e outra com material lítico e fósseis encontrados na região. A disposição das peças, conforme mencionado, tece uma narrativa sobre a história do município destacando certos personagens considerados mais importantes e silencia outros.

A decisão de exibir na primeira sala os artefatos relacionados ao catolicismo evidencia a importância atribuída ao aspecto religioso na história local, uma referência à luz trazida pelo Frei Domingo de São José ao converter os índios e atrair colonos que fundaram a Vila da Palmeira dos Índios. Mesmo com a criação do Museu, a arquitetura do prédio foi mantida, o altar foi preservado e os oratórios, imagens e vitrines com “vestes sacras” ocupam o espaço, unindo as referências às oligarquias à essas memórias da fé católica romana.

Os Xukuru-Kariri foram lembrados no acervo na nomeação da instituição, porém, essa rememoração afastou-se da situação sociopolítica contemporânea ao ponto de dispensar a presença dos indígenas na inauguração do espaço que supostamente os representaria. Por outro lado, as famílias mais ricas do município, importantes contribuintes⁹ para a constituição do acervo do Museu, estavam presentes na festividade, apreciando a patrimonialização de símbolos concretos do poder e da opulência da qual seus descendentes viveram.

Imagem 1: “acervo indígena” do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes

⁹ A maioria das peças do Museu é identificada com etiquetas indicando sua origem e qual dos organizadores da instituição foi responsável pela coleta. Uma das vitrines para a exposição de armas, por exemplo, é identificada como o texto: “Armária que pertenceu as famílias ilustres de Palmeira dos Índios, coletado por Dom Otávio Aguiar”. Parte das peças da coleção indígena são referenciadas como achados de Luiz Barros Torres, como as içaçabas e os marcos territoriais. Porém, a maioria dos artefatos sobre os Xukuru-Kariri não possui identificação adequada.



Fonte: acervo pessoal do autor (2018).

Como é possível observar na imagem, os objetos indígenas foram organizados nos cantos da sala, possivelmente com o objetivo de proporcionar uma visão ampla da coleção. O centro da “coleção indígena” é preenchido com longas vitrines contendo fósseis, rochas, como meteoritos e pedras de quartzo, e vários tipos de objetos antigos. A mistura de artefatos indígenas com antiguidades e fósseis assinala a ação sutil das influências do poder local e de um discurso dominante que insiste em enxergar os Xukuru-Kariri exclusivamente no passado. Assim como nos escritos de Luiz Torres, a necessária discussão sobre as sociabilidades indígenas ao longo da história e suas mobilizações pela demarcação de seu território (desde o século XIX) foi substituída pelo desejo de referenciar sua presença exótica no passado local.

Como exemplo mencionamos a atribuição de valor arqueológico e simbólico às igaçabas, os mais destacados símbolos da ancestralidade da ocupação indígena na região, resultando na incorporação desses objetos à “história” do município. Em um primeiro momento, essa resignificação aconteceu a partir da união entre a presença indígena e a “gênese” da cidade, principalmente nos escritos e ações de Luiz Torres, posteriormente,



com a patrimonialização das igaçabas e sua transformação em peças de valor histórico para a sociedade palmeirense, exibidas no Museu Xucurus.

A retirada desses artefatos de seu contexto original e sua incorporação em uma coleção museológica resultou na descontextualização das peças frente à uma nova organização, realizada a partir de novas lógicas e critérios. O desconhecimento e desrespeito¹⁰ à expressões socioculturais indígena resultam em ações como a exposição de igaçabas abertas contendo restos mortais. O que para os indígenas é um receptáculo onde repousa um ancestral, possuindo, portanto, um significado em sua tradição sociocultural e religiosa, para o não índio é tão-somente um objeto antigo e exótico, um alvo de curiosidade. Esse contraste foi expresso por Tanawy Tibiriçá¹¹:

A gente não quer os restos mortais dos nosso ancestrais em exposição! A gente quer deixem no lugar que a gente plantou. A gente quer que respeite pelo menos isso. Mas como é de índio, não existe esse respeito. Se um índio sair daqui na cidade e for lá no cemitério e arrancar, né? Ele vai preso. Mas se um branco vem na mata, num sítio aqui e arranca os restos mortais do índio é bonito, né? Fez uma descoberta. Pra história da cidade, pra política, aquilo é bonito, mas pra gente não é. Isso é uma falta de respeito!

Como observado na imagem 1, além das igaçabas, os objetos indígenas em destaque na exposição são as “vestimentas para a dança do toré”, expostas ao lado de um painel com indicações dos nomes de algumas aldeias¹² de Palmeira dos Índios. Um dos cantos da sala foi dedicado à exposição de “armas indígenas”, porém, além de arcos, flechas e lanças, são exibidos maracás, fosseis, um chifre de cervo¹³ e algumas pedras que serviram como marcos territoriais da terra pertencente aos índios.

¹⁰ Essa afirmação tem como base os princípios previstos pelo Código de Ética para Museus (ICOM, 2009), o qual determina que os restos humanos, objetos sagrados e os “materiais culturais sensíveis” devem ser expostos “levando em consideração, quando conhecidos, os interesses e as crenças dos membros da comunidade, dos grupos religiosos ou étnicos de origem. Devem ser apresentados com cuidado e respeito à dignidade humana de todos os povos”. Disponível em: <<https://www.icom.org.br>>. Acesso em 14/05/2016.

¹¹ Jovem liderança Xukuru-Kariri. Afirmações expressas durante uma oficina de artesanato indígena realiza na Aldeia Mata da Cafurna no dia 23/04/2016.

¹² Este painel, identificado como “Palmeira dos Índios: história e contexto – Povos indígenas Xucurus Cariri”, é exposto na entrada da terceira sala, iniciando o visitante aos objetos que compõem a coleção indígena. Seu espaço é preenchido por folhas que trazem o nome das aldeias: Mata da Cafurna, Coité, Serra do Amaro, Fazenda Canto, Boqueirão e Serra do Capela.

¹³ Devido à falta de espaço e a desorganização do Museu, é comum encontrar nas coleções temáticas objetos de origens e significados diferentes das demais peças.



Ao compararmos a disposição das roupas sacras de sacerdotes católicos e as vestimentas utilizadas em rituais sagrados dos Xukuru-Kariri percebemos a atuação de um discurso reduziu a importância do indígena e expressões socioculturais. Enquanto as “alfaias preciosas” do catolicismo romano são expostas logo na primeira sala, em imponentes vitrines de madeira e vidro que ajudam na conservação das peças, as vestes indígenas são exibidas em manequins ou penduradas nas paredes, sem qualquer tipo de identificação ou maior cuidado com a conservação.

Se as vestes indígenas também são sagradas, porque o tratamento é tão desigual? Tal distinção parece ser resultado do desconhecimento e do menosprezo às expressões socioculturais e a religião indígena, concepções materializadas em preconceitos reproduzidos em várias esferas representativas em Palmeira dos Índios. Como resultado, as representações criadas pela coleção indígena no Museu, assim como as imagens inventadas por Luiz Torres em seus escritos e nos símbolos oficiais do município não representam as expressões socioculturais e a história indígena, nem contribuem para a visibilidade das mobilizações, mas agem no sentido de absorver seu “exotismo” e associá-lo à “historiografia” local.

Para o Pajé da Aldeia Mata da Cafurna, Lenoir Tibiriçá, as peças sobre os indígenas expostas no Museu cumprem unicamente a função de mostrar “que o índio tem cultura”, pois boa parte dos artefatos não pertence a tradição do povo Xukuru-Kariri¹⁴. A respeito das vestes sagradas, o Pajé afirmou que os materiais que as compõem não são encontradas em Palmeira dos Índios, são trazidos das aldeias do Sertão, do território do povo Pankararu, e criticou a prática dos organizadores do Museu de associar essas vestes aos rituais religiosos de seu povo¹⁵. A conversão dos objetos expostos no Museu Xucurus em aspectos significativos para o patrimônio memorial de Palmeira dos Índios transformou esse espaço em um “lugar de memória” (NORA, 1984) formado por uma

¹⁴ Ao analisar os artefatos da coleção sobre os índios, expostas no Museu Xucurus, o Pajé identificou várias peças de origens de povos indígenas do Sertão e do Norte do país, reconhecidas através do material utilizado e do estilo de confecção. TIBIRIÇÁ, Lenoir. Entrevista em Palmeira dos Índios, 05/07/2018.

¹⁵ As peças possuem etiquetas de identificação que as descrevem como vestimentas para a realização do Toré e do ritual religioso do Ouricuri. Existe uma crítica dos indígenas a respeito dessa prática, pois essas peças fazem parte do “segredo” religioso; do ritual do Ouricuri – que não é revelado aos não indígenas. Sobre a atribuição das vestimentas ao ritual do Ouricuri do povo Xukuru-Kariri, feita no Museu, o pajé afirmou; “Eles não podem dizer isso!”. In: idem.



materialidade permeada por discursos tendenciosos que influenciam os valores simbólicos e representativos que o compõem.

A celebração da “memória do poder” (CHAGAS, 2009), a partir das intencionalidades envolvidas na organização dessa instituição, evidencia os reflexos das disputas territoriais e simbólicas entre os indígenas e as oligarquias locais, na criação de coleções tendenciosas de caráter etnocêntrico e evolucionista. Ao analisar as peças exposta no Museu Xucurus percebemos que esta instituição se difere da forma organizacional dos grandes museus do país e mesmo dos objetivos previstos em seu estatuto de fundação.

2.3. Povo originário ou “inimigo interno”: a via dupla da representação

A intensificação das disputas fundiárias em Palmeira dos Índios, a partir da publicação pela Justiça Federal de uma portaria¹⁶ exigindo a demarcação imediata do território indígena, em dezembro de 2010, resultou na disseminação discursos preconceituosos fundamentados em visões estigmatizadas e representações estereotipadas como as presentes no Museu Xucurus. Na semana seguinte à decisão judicial, o jornal *Tribuna do Sertão*, fundado pelo memorialista palmeirense e Promotor Público aposentado Ivan Barros, dedicou a maior parte de suas páginas à notícia da possível demarcação do território indígena¹⁷.

A matéria¹⁸ de destaque da edição descreveu a decisão judicial como “o acontecimento histórico mais importante do município desde 1889, ano em que a vila se tornou cidade”, considerando a demarcação como uma forma de “restauração” da “cultura indígena” local, destacou que “A criação da reserva ocorre num momento de pleno reflorescimento dessa etnia que, seduzida pelas atrações da cidade, dispersou-se e aculturou-se a ponto de quase anular-se. Seus remanescentes resistiram em exíguas faixas de terra e suas tradições mais cara estão esquecidas”.

¹⁶ Em 15 de dezembro de 2010 foi publicada a Portaria nº 4.033, a partir de liminar concedida a pedido do Ministério Público Federal, em Ação Civil Pública, determinando à União Federal e à FUNAI a “demarcação física” do território Xukuru-Kariri, reconhecido em estudo antropológico como sendo composto por 6.927 hectares. Processo nº 0000475-13.2012.4.05.8001. Disponível em: www.jfal.gov.br/intranet/noticias/arquivos/357.pdf Acesso em: 27/06/2017.

¹⁷ Mesmo com a publicação da citada Portaria para a demarcação pelo Ministério Público, não ocorreu qualquer avanço posterior à essa decisão inicial.

¹⁸ Criação da reserva refloresce cultura da etnia Xucuru-Kariri. *Jonal Tribuna do Sertão*. Palmeira dos Índios, 22 de dezembro de 2010, p. 3.



A visão dos índios como descendentes em vias de aculturação, aos moldes dos discursos de Luiz Torres e Ivan Barros, se fez presente em todo o texto. Mesmo reconhecendo que Palmeira dos Índios originou-se de em um aldeamento e cresceu ocupando as terras dos indígenas, o processo de desterritorialização e “dispersão” dos Xukuru-Kariri foi descrito como o resultado do poder das atrações e benefícios que a cidade proporciona aos índios. Desse modo, relativizando o processo histórico de invasão e apropriação das terras indígenas, amenizando-o de um lado pela responsabilidade do índio, que se deixou “seduzir” pela cidade, e, de outro, por terem os índios “sustentado” nesse período de dispersão, “os traços mínimos de sua identidade”.

Em 2013, a discussão sobre as disputas de terras em Palmeira dos Índios foi discutida na Assembleia Legislativa do estado de Alagoas/ALE. Em meio a críticas sobre a necessidade de “entregar” mais terras ao povo Xukuru-Kariri, principal pauta da seção anterior ao Dia do Índio, o então Deputado Sérgio Toledo sugeriu que os indígenas supostamente teriam descoberto nióbio na área em litígio e estavam utilizando a demarcação como uma estratégia para contrabandear o elemento “através da reserva, onde a polícia não tem poder para entrar”¹⁹. Discursos falaciosos como este tornaram-se comuns nesse contexto de “debates inflamados”, no qual o trabalho da FUNAI era descrito como aleatório e parcial.

Esse tipo de opinião, comum no município, é um dos efeitos negativos do trabalho realizado por Luiz Torres, cujo resultado foi a incorporação dos indígenas na história local como personagens mitológicos e temporalmente distantes. Como consequência da mitificação e da associação dos indígenas ao passado local, o povo Xukuru-Kariri passou a ser visto como um elemento inerente à história do município; uma espécie de presença exótica celebrada em datas comemorativas, principalmente no Dia do Índio, em símbolos e representações estereotipadas que adornam locais públicos e nomeiam fachadas de estabelecimentos comerciais.

Tais “homenagens”, criadas a partir de “representações” moldadas por interesses dos grupos dominantes, resultam em “práticas” (CHARTIER, 1990) socialmente

¹⁹ Pronunciamento feito pelo Deputado Sérgio Toledo durante sessão da ALE realizada em 18 abr. 2013. Fonte: SILVA, Danielle. Deputados criticam demarcação de terras em Palmeira dos Índios. **Alagoas 24 horas**, Maceió, 18 abr. 2013. Disponível em: <www.alagoas24horas.com.br/465496/deputados-criticam-demarcacao-de-terras-em-palmeira-dos-indios/>. Acesso em 26/06/2016.



motivadas. Como consequência, as referências aos indígenas unicamente como personagens “históricos” ou mitológicos resultam em discursos que negam os direitos dos indígenas contemporâneos e mesmo contestam sua “indianidade”. Assim organizadas, as representações funcionam como instrumentos de dominação e de fortalecimento de discursos a partir dos quais os grupos dominantes impõem ou fortalecem valores e interesses que são seus (D’ASSUNÇÃO BARROS, 2005). Afirmções de Ivan Barros sobre as relações entre os indígenas Xukuru-Kariri e a “sociedade palmeirense” evidenciam essa constatação.

Olha, tinha o Alfredo Celestino, [...], ele, que era o chefe, o Cacique, o Cacique de todos os Celestinos, e os irmãos deles que foram anteriores, eles tinham uma convivência com a cidade. Vinham pra feira, Padre Macedo era pacato, Padre Ludugero fez uma escola e a igrejinha lá na Fazenda Canto, não é? E tinha essa convivência, só depois, depois, com a vinda de Maninha e esses outros insufladores, né? Que começou essa disputa de terras, de querer desapropriar terra, de querer terra, de que “palmeira é nossa” (BARROS, 2018)

Diante da disseminação de estereótipos sobre os Xukuru-Kariri e de informações deturpadas sobre a demarcação, os indígenas “perdem” a posição de primeiros habitantes das terras do município e passam a ser vistos por grande parte da população como empecilhos ao crescimento da cidade e provocadores dos conflitos fundiários no município. Aliadas às críticas ao trabalho da FUNAI esses discursos infundados almejavam, e ainda almejam, reunir opositores às demarcações das terras dos indígenas.

Um pronunciamento²⁰ do Assessor Jurídico do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmeira dos Índios, Ricardo Bezerra Vitória, durante uma audiência sobre a demarcação de terras indígenas e seus possíveis impactos no município evidenciou a manipulação de informações e o uso de argumentos falaciosos sobre a demarcação. Em sua afirmação, o advogado fundamentou as críticas à demarcação a partir de uma descrição da “história” do município e da atual relação entre o povo Xukuru-Kariri e a “sociedade palmeirense”, com isso, procurou demonstrar que os indígenas chegaram à

²⁰ Pronunciamento de Ricardo Bezerra Vitória, assessor jurídico do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmeira dos Índios, durante audiência pública realizada em outubro de 2013 na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Fonte: TV Senado. CRA - Debate mostra a situação das demarcações de terras indígenas no município de Palmeira dos Índios. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MBPCBmMsJo0>>. Acesso em: 03/06/2018.



região “bem depois dos brancos”, no entanto, sua presença foi estabelecida na história local, inclusive no nome do município; “um nome que compromete a cidade, porque Palmeira não é dos índios é de todos!”.

Além das condenações ao trabalho da FUNAI, Ricardo Bezerra criticou a necessidade de demarcar terras indígenas em um município onde “não tem índios vivendo em aldeia”, pois “todos trabalham e vivem” junto à comunidade. Segundo o advogado, em Palmeira dos Índios “não existe conflito de índio com branco nem de branco com índio, até porque não existe índio na nossa cidade, existe caboclo, mestiço, existem índios loiros [...], de olhos verdes e existe índio do cabelo ruim”. Discursos como este revelam características importantes da forma como os opositores da demarcação das terras indígenas agem em Palmeira dos Índios.

De um modo geral, as oligarquias buscam se colocar na posição de apoiadores dos “pequenos proprietários” e defensores da agricultura familiar. Para tanto, fogem de um “embate” direto com os indígenas, direcionando suas críticas à atuação “arbitrária” da FUNAI e assumindo um tom moralista – em “defesa” da economia do município. No entanto, essa posição é utilizada apenas como uma estratégia para conseguir apoiadores para a causa; diante do andamento do processo de demarcação e das pressões exercidas pelas mobilizações dos Xukuru-Kariri os posicionamentos mudam e antigos preconceitos e imagens distorcidas são evocadas para contestar os direitos dos indígenas.

Assim, além de informações incompletas ou manipulativas, os discursos influenciados pelas disputas territoriais são condutores de estereótipos e argumentos contestadores da identidade cultural do povo Xukuru-Kariri. Nesse contexto de fetichização do índio, o esquecimento opera disfarçado de rememoração (GAGNEBIN, 2014), apresentando representações imagéticas e narrativas dos indígenas como personagens subalternos na história local, figuras exóticas e secundárias servindo exclusivamente como aspecto curioso ou mesmo lúdico da fantasia sobre a “identidade palmeirense”.

Considerações finais

Esses discursos expressam um posicionamento característico das oligarquias, para quem os indígenas são apenas personagens secundários, derrotados no processo colonial, que devem se contentar com seu “lugar” na sociedade “civilizada”. Atualmente,



assim como nos debates iniciados em 2010, predomina o argumento de que a demarcação não é necessária, pois “todos os indígenas possuem área de ocupação”. Nesse contexto, a negação dos direitos dos indígenas é fortalecida pela disseminação, em meios locais de comunicação, de informações incompletas e deturpadas sobre a demarcação.

Nesses espaços, principalmente rádios e jornais locais, de propriedade de políticos e latifundiários palmeirenses, a voz dos indígenas é silenciada e os estereótipos e preconceitos ganham espaço, agindo como meios para agregar opositores aos indígenas Xukuru-Kariri. Como resultado de um conjunto de símbolos, monumentalidades e narrativas que formam uma “história oficial” que retrata o índio como mitológicos e pertencentes ao passado, os indígenas são vistos por grande parte da “sociedade palmeirense” como personagens do passado local. Assim, acredita-se que esses símbolos exóticos do folclore palmeirense devem se adequar à posição que lhe foi reservada no cotidiano e na história do município.

No entanto, desde o século XIX o povo Xukuru-Kariri tem se mobilizado pela efetivação de seus direitos, principalmente o acesso à terra. Desse modo, em face dos discursos e imagens disseminadas nesse município, é preciso pensar o passado enquanto uma construção em disputas, considerando as disputas de memória e as relações de poder inerentes à produção de representações e narrativas históricas. A educação, no cumprimento da Lei 11645/2008, deve ser a principal frente no combate aos preconceitos e estereótipos, a respeito do povo Xukuru-Kariri, que se tornaram lugar comum na sociedade palmeirense.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Clóvis. **Wakona - Kariri - Xukuru**: aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas. Maceió: Facepe UFAL, Imprensa Universitária, 1973.

BRUNO, Maria Cristina. Estudos de Cultura Material e Coleções Museológicas: Avanços Retrocessos e Desafios. In: Marcus Granato; Marcio F. Rangel (Org.). **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro, 2009. p. 14-25. Disponível em: http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/cultura_material_e_patrimonio_de_c_e_t.pdf: Acesso: 02 dez. 2014.



BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 19, n. 19, jun. 2009. Disponível em: <
<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>>: cesso em: 12 jun. 2018.

CHAVES, Julio César. “**Eu não queria que índio se tornasse peça de museu**”: polifonias dos Xukuru Kariri sobre museus. Maceió, 2014 (não publicado).

D’ASSUNÇÃO BARROS, José. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. In: **Diálogos** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Maringá, UEM, vol. 9, n. 1, 2005. p. 125-141. Disponível em: <
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526860014>>: Acesso em: 12 dez. 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARTINS, Silvia Aguiar Carneiro. **Os Caminhos da Aldeia...** Índios Xucuru-Kariri em Diferentes Contextos Situacionais. 154 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1994.

NORA, Pierre. (1984), "Entre mémoire et histoire", in P. Nora (org.), **Les lieux de mémoire**, vol. 1, Paris, Gallimard, pp. XVII-XLII.

OLIVEIRA, Bruno Pacheco de. **Quebra a cabaça e espalha a semente: desafios para um protagonismo indígena**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.



OLIVEIRA, Carlos Estevão de. O Ossuário da "Gruta-do-Padre", em Itaparica, e algumas Notícias sobre Remanescentes Indígenas do Nordeste. In: **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro. 1941- Vol. XVII p.184.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, 2013.

SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: contribuição a reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme>> Acesso em 22/11/2015.

TORRES, Luiz B. **A terra de Tilixi e Txiliá: Palmeira dos índios séculos XVIII e XIX**. Maceió: IGASA, 1973.